



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Nestes últimos anos, têm sido frequentes as escavações nas vias públicas, e várias entidades realizaram-nas umas a seguir às outras e sem interrupção, o que gerou grande descontentamento na população. Na opinião da população, isto trata-se de conluio entre o Governo e as empresas, pois a realização sucessiva de escavações é um pretexto para gastar erário público e obter daí benefícios. Partindo do ponto de vista da boa-fé, mesmo que não se trate da obtenção de benefícios, a realização de sucessivas escavações afecta realmente a população e o trânsito. O Governo não pode tolerar esta situação.

Segundo o Secretário para os Transportes e Obras Públicas, no ano passado foram realizadas mais de 4000 obras de escavação de pequena e grande envergadura. Macau é pequena, mas com muita população, por isso, é um grande desastre haver mais de 4000 obras de escavação em apenas 365 dias. Este novo Secretário ordenou o controlo do aumento das obras de escavação. Mas apenas ordenou o controlo do aumento e não a diminuição, e isto significa que, no próximo ano ou nos próximos anos, estes desastres com escavações vão continuar a ocorrer. O destino da população é continuar a sofrer as obras de escavação.

Na minha opinião, a decisão do Governo é negativa e inadequada. Que se saiba, à medida que a sociedade se desenvolve, o número de tubagens



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

subterrâneas aumenta, por isso, é inevitável que haja escavações. A questão é a seguinte: com uma boa coordenação, é possível reduzir o número de escavações nas vias, as perturbações para a população e o impacto no trânsito.

Na época da Administração Portuguesa, o Leal Senado de Macau criou um mecanismo de coordenação, ou seja, todos os anos as entidades públicas ou serviços públicos tinham de submeter ao Leal Senado o plano anual das escavações, especificando o local da escavação, o tipo de tubagens a serem instaladas e o prazo de execução. Atendendo à situação das vias públicas, o Leal Senado planeava, de forma ordenada, as obras de escavação a executar pelas entidades e, se houvesse várias entidades que precisassem de realizar escavações no mesmo local, então era seguida a seguinte ordem, ou seja, a empresa A realizava primeiro as escavações e, concluída a instalação das respectivas tubagens, era a vez da empresa B; se houvesse ainda uma empresa C ou uma empresa D, então, seguia-se a mesma ordem e assim sucessivamente, e só depois de a última empresa concluir as obras de instalação ou reparação é que se realizava a respectiva repavimentação. Este mecanismo permitia assegurar que as vias não fossem escavadas novamente. Mas não se sabe porquê, parece que, depois da criação da RAEM, este mecanismo de coordenação deixou de produzir efeitos, ou se calhar já não existe, o que conduziu à realização sucessiva de escavações, ao desperdício do erário público e à perda desnecessária de tempo sem dar qualquer solução aos problemas, bem como gerou o descontentamento da população.



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Assim sendo, interpelo o Governo sobre o seguinte:

1. Na época da Administração Portuguesa, o Leal Senado de Macau era a entidade responsável pelo mecanismo de coordenação dos trabalhos de escavação nas vias. Com a extinção do Leal Senado, ainda existe esse mecanismo?
2. Se ainda existe esse mecanismo, qual é a respectiva entidade responsável? Porque é que esse mecanismo não produz os devidos efeitos?
3. As pessoas compreendem que agora existem mais entidades públicas e serviços públicos que precisam de realizar escavações do que antes da transferência de poderes, mas há que adoptar mecanismos de coordenação idênticos aos que havia, pois as entidades que precisam de realizar escavações e instalação de tubagens não devem fazê-lo de improviso, mas, sim, devem ter um plano anual para o fazer, a não ser que sejam obras urgentes de reparação. Não é difícil para o Governo coordenar as diferentes entidades na realização de escavações, então, porque é que não se mantém aquele mecanismo? Em termos de governação, o Governo está a avançar ou a recuar?

O Deputado à Assembleia Legislativa

Au Kam San

12 de Fevereiro de 2015